

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	880.163	1.064.979	1.208.543
1.01	Ativo Circulante	103.987	228.602	178.097
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.580	161.086	92.665
1.01.03	Contas a Receber	33.665	31.127	27.069
1.01.03.01	Clientes	33.665	31.127	27.069
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.695	5.894	7.108
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.047	30.495	51.255
1.01.08.03	Outros	6.047	30.495	51.255
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros	0	24.761	46.983
1.01.08.03.02	Outros créditos	5.574	4.620	3.508
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	473	1.114	764
1.02	Ativo Não Circulante	776.176	836.377	1.030.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	716.298	707.756	828.244
1.02.01.07	Tributos Diferidos	56.069	64.739	66.671
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.069	64.739	66.671
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	538.025	515.097	630.917
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	538.025	515.097	630.917
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	122.204	127.920	130.656
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	115.665	118.373	119.332
1.02.01.10.05	Outros ativos	6.491	8.545	11.324
1.02.01.10.06	Direito de uso	48	1.002	0
1.02.04	Intangível	59.878	128.621	202.202

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	880.163	1.064.979	1.208.543
2.01	Passivo Circulante	384.015	601.642	329.458
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.736	3.661	3.540
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.736	3.661	3.540
2.01.02	Fornecedores	16.667	16.545	18.164
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.667	16.545	18.164
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.295	41.413	34.871
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.647	38.931	32.576
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	29.647	38.931	32.576
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.648	2.482	2.295
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.780	424.967	164.832
2.01.04.02	Debêntures	48.780	424.967	164.832
2.01.05	Outras Obrigações	282.537	108.231	89.014
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.451	10.650	9.000
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.451	10.650	9.000
2.01.05.02	Outros	277.086	97.581	80.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	273.021	74.606	67.063
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	780	735	673
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.234	3.206	2.867
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	0	18.078	9.411
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	51	956	0
2.01.06	Provisões	0	6.825	19.037
2.01.06.02	Outras Provisões	0	6.825	19.037
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	0	6.825	19.037
2.02	Passivo Não Circulante	108.804	74.094	521.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	478.214
2.02.01.02	Debêntures	0	0	478.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02	Outras Obrigações	0	68	0
2.02.02.02	Outros	0	68	0
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	0	68	0
2.02.04	Provisões	108.804	74.026	43.626
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	108.804	74.026	43.626
2.03	Patrimônio Líquido	387.344	389.243	357.245
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	218.509	220.408	188.410
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	218.509	220.408	188.410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	508.985	508.089	471.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-155.966	-152.219	-170.793
3.03	Resultado Bruto	353.019	355.870	300.910
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.791	-52.255	-43.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.345	-53.266	-43.691
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.554	1.011	132
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	287.228	303.615	257.351
3.06	Resultado Financeiro	11.065	-1.551	-19.859
3.06.01	Receitas Financeiras	109.178	158.946	95.868
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.113	-160.497	-115.727
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	298.293	302.064	237.492
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-101.615	-102.853	-80.945
3.08.01	Corrente	-92.945	-100.920	-58.189
3.08.02	Diferido	-8.670	-1.933	-22.756
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	196.678	199.211	156.547
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	196.678	199.211	156.547
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	322,42295	326,57541	256,63443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	196.678	199.211	156.547
4.03	Resultado Abrangente do Período	196.678	199.211	156.547

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	289.645	323.898	226.436
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	326.907	324.039	341.463
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	196.678	199.211	156.547
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.670	1.933	22.756
6.01.01.03	Amortização do intangível	77.089	77.315	70.756
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debentures	15.478	52.479	73.034
6.01.01.05	Juros sobre Debentures Partes relacionadas	-22.928	-43.849	-51.052
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários. e Trabalhistas	48.504	38.645	34.646
6.01.01.07	Provisão para Manutenção e ajuste a valor presente	4.726	1.237	39.312
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-1.839	-2.910	-5.465
6.01.01.09	Variação monetária com credores pela concessão	0	0	164
6.01.01.10	Baixa do intangível	285	251	132
6.01.01.11	Provisão para devedores duvidosos	244	-273	633
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.756	13.246	-8.392
6.01.02.01	Clientes e contas a receber poder concedente	-2.782	-3.785	-775
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	2.337	1.410	-8.522
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	1.389	-1.855	-24.084
6.01.02.04	Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	102	506	-1.916
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	75	121	80
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	94.676	103.886	61.121
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	-794	1.362	789
6.01.02.08	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas - utilização	-13.726	-8.245	-10.237
6.01.02.09	Partes relacionadas	-4.558	14.375	17.365
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-102.475	-94.529	-42.213
6.01.03	Outros	-11.506	-13.387	-106.635
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - utilização	-11.551	-13.449	-106.648
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	45	62	13
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.846	-5.641	-22.125

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-7.846	-5.641	-22.125
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-383.305	-249.836	-234.013
6.03.01	Debêntures - Captação	0	0	385.517
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	-374.849	-223.918	-464.987
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-15.055	-45.655	-72.629
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-162	-13.075	-51.946
6.03.05	Pagamento de Outorga Fixa	0	0	-11.385
6.03.08	Liquidação de Instrumentos Financeiros	6.761	32.812	28.597
6.03.09	Pagamento de Juros de Empréstimos e financiamentos	0	0	-2.180
6.03.10	Empréstimos e financiamentos - Pagamento de Principal	0	0	-45.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-101.506	68.421	-29.702
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	161.086	92.665	122.367
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.580	161.086	92.665

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-149.408	-49.169	0	-198.577
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 244,93 por ação)	0	0	-149.408	0	0	-149.408
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-49.169	0	-49.169
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	196.678	0	196.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	196.678	0	196.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	147.509	-147.509	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	147.509	-147.509	0	0
5.07	SalDOS Finais	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-117.410	-49.803	0	-167.213
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 192,48 por ação)	0	0	-117.410	0	0	-117.410
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-49.803	0	-49.803
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	199.211	0	199.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	199.211	0	199.211
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.408	-149.408	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	149.408	-149.408	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-128.448	-39.137	0	-167.585
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-39.137	0	-39.137
5.04.10	Dividendos distribuídos (R\$ 24,59 por ação)	0	0	-15.000	0	0	-15.000
5.04.11	Dividendos distribuídos (R\$ 185,98 por ação)	0	0	-113.448	0	0	-113.448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.547	0	156.547
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.547	0	156.547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	117.410	-117.410	0	0
5.06.04	Transferencia para Lucros Retidos	0	0	117.410	-117.410	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	559.399	557.643	516.952
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	537.853	539.789	494.883
7.01.02	Outras Receitas	18.124	16.294	17.420
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.422	1.560	4.649
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.289	-85.745	-116.478
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.801	-44.918	-79.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.764	-30.947	-24.208
7.02.04	Outros	-11.724	-9.880	-12.504
7.02.04.01	Custos da Concessão	-8.302	-8.320	-7.855
7.02.04.02	Custos da Construção	-3.422	-1.560	-4.649
7.03	Valor Adicionado Bruto	472.110	471.898	400.474
7.04	Retenções	-77.089	-77.315	-70.755
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.089	-77.315	-70.755
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	395.021	394.583	329.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	109.178	158.946	95.868
7.06.02	Receitas Financeiras	109.178	158.946	95.868
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	504.199	553.529	425.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	504.199	553.529	425.587
7.08.01	Pessoal	56.566	40.118	31.647
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.021	34.787	26.759
7.08.01.02	Benefícios	4.553	4.260	3.944
7.08.01.03	F.G.T.S.	992	1.071	944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	154.105	158.086	132.648
7.08.02.01	Federais	126.651	130.558	107.246
7.08.02.02	Estaduais	79	83	89
7.08.02.03	Municipais	27.375	27.445	25.313
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	96.850	156.114	104.745
7.08.03.01	Juros	14.217	48.510	66.102

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.03	Outras	82.633	107.604	38.643
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	196.678	199.211	156.547
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	196.678	199.211	156.547

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2020

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão.

Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como “companhia aberta” junto à CVM.

AB Concessões S.A.

AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2020

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2020 foi de R\$ 537.853 mil, 0,4% abaixo do observado em 2019 (R\$ 539.789 mil).

A receita líquida¹ em 2020 foi de R\$ 505.563 mil (-0,2%).

O tráfego da Companhia em 2020 foi de 41.442 mil de eixos equivalentes², ante 42.411 mil em 2019 (-2,3%).

O EBITDA ajustado³ em 2020 foi de R\$ 364.317 mil, contra R\$ 380.930 mil em 2019 (-4,4%).

2. Desempenho Operacional

A redução no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia foi de 12,9% em 2020.

Desde junho de 2017, o tráfego de veículos leves e pesados vinha apresentando sinais consistentes de recuperação e crescimento. Entretanto, a receita da Companhia acabou negativamente impactada pelo início da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos (revogação da SLT 4, de 22 de julho de 2013) que, conforme publicação no DOESP do dia 31 de maio de 2018, “o equilíbrio das equações econômico-financeiras subjacentes aos contratos de concessão do Estado de São Paulo, na extensão em que afetado pelo disposto por esta resolução (SLT 4 de 30 de maio de 2018), será recomposto nos termos da resolução ST 2 de 11 de março de 2005”.

No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de saúde, alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estariam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,4% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

A tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 12,98, o que representa um crescimento de 2,0% em relação ao ano de 2019.

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

⁴ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	508.985	100,0%	508.089	100,0%	896	0,2%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(155.966)	-30,6%	(152.219)	-30,0%	(3.747)	2,5%
LUCRO BRUTO	353.019	69,4%	355.870	70,0%	(2.851)	-0,8%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(68.345)	-13,4%	(53.266)	-10,5%	(15.079)	28,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.554	0,5%	1.011	0,2%	1.543	152,6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	287.228	56,4%	303.615	59,8%	(16.387)	-5,4%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	109.178	21,5%	158.946	31,3%	(49.768)	-31,3%
Despesas financeiras	(98.113)	-19,3%	(160.497)	-31,6%	62.384	-38,9%
	11.065	2,2%	(1.551)	-0,3%	12.616	-813,4%
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	298.293	58,6%	302.064	59,5%	(3.771)	-1,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(92.945)	-18,3%	(100.920)	-19,9%	7.975	-7,9%
Diferidos	(8.670)	-1,7%	(1.933)	-0,4%	(6.737)	348,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	196.678	38,6%	199.211	39,2%	(2.533)	-1,3%
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	322,42		326,58		(4,15)	-1,3%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	537.853	100,0%	539.789	100,0%	(1.936)	-0,4%
Outras receitas	15.285	2,8%	15.032	2,8%	253	1,7%
Receita de serviços de construção (*)	3.422	0,6%	1.560	0,3%	1.862	119,4%
Receita bruta	556.560	103,5%	556.381	103,1%	179	0,0%
Impostos sobre as receitas:						
ISSQN	(27.372)	-5,1%	(27.443)	-5,1%	71	-0,3%
PIS	(3.598)	-0,7%	(3.713)	-0,7%	115	-3,1%
COFINS	(16.605)	-3,1%	(17.136)	-3,2%	531	-3,1%
Receita líquida	508.985	94,6%	508.089	94,1%	896	0,2%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	505.563	100,0%	506.529	100,0%	(966)	-0,2%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 506.529 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 505.563 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação resultou principalmente pelo tráfego de 41.442 mil de eixos equivalente no ano de 2020, volume 2,3% abaixo do tráfego registrado no ano de 2019 (42.411 mil de eixos equivalentes). Em 2020, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia diminuiu 0,4% em relação ao ano de 2019, resultando em R\$ 537.853 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas**

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 152.219 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 155.966 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 53.266 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 68.345 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - cons., manut. e oper. das rodovias	(8.394)	3,8%	-	0,0%	(8.394)	0,0%
Amortização de intangível	(77.089)	34,8%	(77.315)	37,8%	226	-0,3%
Custos com a exploração da concessão (outorga variável)	(8.302)	3,7%	(8.320)	4,1%	18	-0,2%
Gastos com prestadores de serviços	(38.274)	17,3%	(37.285)	18,2%	(989)	2,7%
Gastos com funcionários	(22.005)	9,9%	(21.694)	10,6%	(311)	1,4%
Gastos com materiais e equipamentos	(11.679)	5,3%	(12.091)	5,9%	412	-3,4%
Custos com construção	(3.422)	1,5%	(1.560)	0,8%	(1.862)	119,4%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(48.504)	21,9%	(38.645)	18,9%	(9.859)	25,5%
Reembolso de Seguros	(1.407)	0,6%	(2.780)	1,4%	1.373	-49,4%
Outras receitas	2.554	-1,2%	1.012	-0,5%	1.542	152,4%
Outras despesas	(5.235)	2,4%	(5.796)	2,8%	561	-9,7%
	<u>(221.757)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(204.474)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(17.283)</u>	<u>8,5%</u>
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(155.966)	70,3%	(152.219)	74,4%	(3.747)	2,5%
Gerais e administrativas	(68.345)	30,8%	(53.266)	26,1%	(15.079)	28,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.554	-1,2%	1.011	-0,5%	1.543	152,6%
Total	<u>(221.757)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(204.474)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(17.283)</u>	<u>8,5%</u>

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

Custos Inerentes à Operação	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Funcionários	(22.005)	10,5%	(21.694)	10,7%	1,4%
Materiais e equipamentos	(11.679)	5,6%	(12.091)	6,0%	-3,4%
Ônus variável da concessão	(8.302)	4,0%	(8.320)	4,1%	-0,2%
Prestadores de serviços	(38.274)	18,2%	(37.285)	18,4%	2,7%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(48.504)	23,1%	(38.645)	19,0%	25,5%
Reembolso de Seguros	(1.407)	0,7%	(2.780)	1,4%	-49,4%
Outras despesas	(5.235)	2,5%	(5.796)	2,9%	-9,7%
Outras receitas	2.554	1,2%	1.012	0,5%	152,4%
Sub Total	<u>(132.852)</u>	<u>63,3%</u>	<u>(125.599)</u>	<u>61,9%</u>	<u>5,8%</u>
Depreciação e amortização	(77.089)	36,7%	(77.315)	38,1%	-0,3%
Sub Total	<u>(209.941)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(202.914)</u>	<u>100,0%</u>	<u>3,5%</u>
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Conserva especial	(8.394)	71,0%	-	0,0%	0,0%
Constituição da provisão para manutenção	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas com construção	(3.422)	29,0%	(1.560)	100,0%	119,4%
Sub Total	<u>(11.816)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(1.560)</u>	<u>100,0%</u>	<u>657,4%</u>
Total Custos e Despesas Operacionais	<u>(221.757)</u>		<u>(204.474)</u>		<u>8,5%</u>

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Prestadores de serviços: i) reajustes contratuais com prestadores de serviços; e ii) maior volume obras relacionadas a conservação de rotina.
- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA Ajustado**

	2020	2019	V.H.
Receita líquida	508.985	508.089	0,2%
Receita de construção	(3.422)	(1.560)	119,4%
Receita líquida (ex receita de construção)	505.563	506.529	-0,2%
Custos operacionais	(221.757)	(204.474)	8,5%
Custos de construção	3.422	1.560	119,4%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(218.335)	(202.914)	7,6%
EBIT	287.228	303.615	-5,4%
Depreciação e amortização	77.089	77.315	-0,3%
EBITDA	364.317	380.930	-4,4%
Provisão para manutenção	-	-	0,0%
EBITDA ajustado	364.317	380.930	-4,4%
Margem EBITDA ajustado	72,1%	75,2%	-4,2%

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 364.317 mil em 2020 (-4,4%).

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 303.615 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 287.228 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia em 2020 foi de R\$ 11.065 mil. Os principais fatores que impactaram a variação entre os períodos foram os juros e variações monetárias sobre debêntures, juros com partes relacionadas (debêntures credoras), resultado com operações de instrumentos financeiros e receita com aplicações financeiras.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 302.064 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 298.293 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 (-1,2%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Contribuição Social e o Imposto de Renda passaram de R\$ 102.853 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 101.615 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 (-1,2%).

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 199.211 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 196.678 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 (-1,3%).

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$149.408, oriundos da conta de reservas de lucros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

Após a conclusão dos investimentos em ampliações, a Triângulo do Sol vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

Dívida Líquida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de -R\$ 10.719 mil em dezembro de 2020, como resultado da 2ª e 5ª emissões de debêntures.

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	2020	2019
2ª emissão:					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	abr/20	-	47.681
2ª série	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	abr/20	-	79.861
5ª emissão:	390	100% CDI + 2,20% a.a	fev/21	48.861	299.064
Saldo				48.861	426.606
Caixa				(59.580)	(161.086)
Dívida Líquida				- 10.719	265.520

No ano de 2020, a Companhia realizou o pagamento de juros e principal (debêntures) no valor total de R\$ 389.904 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Derivativos**

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, e foram firmadas com várias contrapartes.

A Companhia contratou, em junho de 2013, operações de swap para a troca de taxa da variação do IPCA mais 5,40% ao ano (2ª série da 2ª Emissão de Debêntures) por variação do CDI mais 0,73% em média ao ano.

Os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª Série foi ajustado em R\$ 1.761 mil e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referencia (nacional)</u>	Valor justo 31.12.20 ("fair value")	Valor justo 31.12.19 ("fair value")	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	0	10.653	(10.653)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	0	55.398	(55.398)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	<u>64.741</u>	<u>0</u>	<u>13.794</u>	<u>(13.794)</u>
Total				374.741	0	79.845	(79.845)
Contrato Ponta Passiva							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	0	7.350	(7.350)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	0	38.216	(38.216)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	<u>64.741</u>	<u>0</u>	<u>9.517</u>	<u>(9.517)</u>
Total				374.741	0	55.083	(55.083)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos a realizar							-
Instrumentos financeiros, líquido							(24.761)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							1.761
Pagamento de instrumento financeiro							24.764
Efeito no resultado do período – Receita financeira							1.764

Offset Swap

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88% em média ao ano (ponta ativa).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No “Comunidade na Via” são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos.

6. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S. S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020:

A E&Y foi contratada para i) Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação ii) revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) (iii) auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais (iv) averiguação das memórias de cálculo dos índices financeiros, requeridos na 2ª emissão da Triângulo do Sol.

7. Declaração da Diretoria

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o conteúdo e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e com as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas Explicativas



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e Administradores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiro". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" acima, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Notas Explicativas



Transações com partes relacionadas

A Companhia adquiriu debêntures de emissão de sua controladora ("AB Concessões S.A." ou "Grupo"). Esses saldos estão registrados no ativo não circulante e são remunerados de acordo com os termos previstos nas escrituras das debêntures adquiridas com garantias reais atreladas à operação. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria dada a magnitude e realização dos recursos repassados à controladora por meio da aquisição das referidas debêntures, os quais foram utilizados para serem repassados a uma outra parte relacionada. A liquidação dessas debêntures depende da capacidade de pagamento da credora e garantias de realização da mesma.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de profissionais experientes no setor de concessões para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias usadas pelo Grupo, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, além de sua situação financeira, focados na capacidade da credora liquidar essas debêntures junto à Companhia.

Avaliamos ainda as divulgações da Companhia sobre os valores e condições acordadas das transações com partes relacionadas que constam na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acerca da liquidação dessas debêntures por seu acionista controlador de acordo com os termos contratuais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios utilizados para definição do valor recuperável das debêntures, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia(3).
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Alexandre Marini'.

Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	59.580	161.086
Contas a receber de clientes	4	33.665	31.127
Impostos a recuperar		4.695	5.894
Partes relacionadas	5	473	1.114
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	24.761
Outros ativos		5.574	4.620
Total dos ativos circulantes		103.987	228.602
Não circulantes			
Outros ativos		6.491	8.545
Debêntures com partes relacionadas	5	538.025	515.097
Depósitos e bloqueios judiciais	13	115.665	118.373
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	56.069	64.739
Direito de uso		48	1.002
Intangível	7	59.878	128.621
Total dos ativos não circulantes		776.176	836.377
 Total dos ativos		880.163	1.064.979

Notas Explicativas

	Nota explicativa	2020	2019
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Debêntures	8	48.780	424.967
Arrendamento mercantil		51	956
Fornecedores	9	16.667	16.545
Partes relacionadas	5	5.451	10.650
Obrigações fiscais	12	32.295	41.413
Credor pela concessão	10	780	735
Provisão para manutenção	11	-	6.825
Obrigações sociais e trabalhistas		3.736	3.661
Dividendos a pagar	5	273.021	74.606
Outras contas a pagar		3.234	3.206
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	18.078
Total dos passivos circulantes		384.015	601.642
Não circulantes			
Arrendamento mercantil		-	68
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	108.804	74.026
Total dos passivos não circulantes		108.804	74.094
Patrimônio líquido			
Capital social	14	71.000	71.000
Reservas de capital	14	97.835	97.835
Reservas de lucros	14	218.509	220.408
Total do patrimônio líquido		387.344	389.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido		880.163	1.064.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A**

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	15	508.985	508.089
Custo dos serviços prestados	16	(155.966)	(152.219)
Lucro bruto		353.019	355.870
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(68.345)	(53.266)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	2.554	1.011
Total		(65.791)	(52.255)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		287.228	303.615
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	109.178	158.946
Despesas financeiras	17	(98.113)	(160.497)
Total		11.065	(1.551)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		298.293	302.064
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(92.945)	(100.920)
Diferidos		(8.670)	(1.933)
Lucro líquido do período		196.678	199.211
Lucro básico e diluído por ação - R\$		322,42	326,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	196.678	199.211
Resultado abrangente total	196.678	199.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	71.000	97.835	14.200	174.210	-	357.245
Dividendos distribuídos (R\$192,48 por ação)				(117.410)		(117.410)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	199.211	199.211
Dividendos mínimos obrigatórios					(49.803)	(49.803)
Transferência para lucros retidos				149.408	(149.408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	71.000	97.835	14.200	206.208	-	389.243
Dividendos distribuídos (R\$244,93 por ação)	-	-	-	(149.408)	-	(149.408)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	196.678	196.678
Dividendos mínimos obrigatórios					(49.169)	(49.169)
Transferência para lucros retidos				147.509	(147.509)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.000	97.835	14.200	204.309	-	387.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.****Demonstração do fluxo de caixa****Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em milhares de reais - R\$)**

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	196.678	199.211
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.670	1.933
Amortização do intangível	77.089	77.315
Baixa do intangível	285	251
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	15.478	52.479
Juros sobre debêntures ativas com partes relacionadas	(22.928)	(43.849)
Provisão para manutenção	4.726	1.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	244	(273)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	48.504	38.645
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	(1.839)	(2.910)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	(2.782)	(3.785)
Partes relacionadas	(4.558)	14.375
Outros ativos	2.337	1.410
Depósitos e bloqueios judiciais	1.389	(1.855)
Fornecedores e partes relacionadas	102	506
Obrigações sociais e trabalhistas	75	121
Obrigações fiscais	94.676	103.886
Provisão para manutenção - utilização	(11.551)	(13.449)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(13.726)	(8.245)
Apropriação da outorga variável	45	62
Outras contas a pagar	(794)	1.362
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(102.475)	(94.529)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	289.645	323.898
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(7.846)	(5.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.846)	(5.641)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(162)	(13.075)
Debêntures:		
Captações	-	-
Pagamento de principal	(374.849)	(223.918)
Pagamento de juros	(15.055)	(45.655)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	6.761	32.812
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(383.305)	(249.836)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(101.506)	68.421
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161.086	92.665
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.580	161.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Receitas		
Receita de arrecadação com pedágio	537.853	539.789
Receita de construção	3.422	1.560
Outras receitas	18.124	16.294
	559.399	557.643
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados por terceiros	37.801	44.918
Credor pela concessão	8.302	8.320
Custo dos serviços de construção	3.422	1.560
Materiais, energia e serviços de terceiros	37.764	30.947
	87.289	85.745
Valor adicionado bruto	472.110	471.898
AMORTIZAÇÃO	77.089	77.315
Valor adicionado líquido produzido	395.021	394.583
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	109.178	158.946
	109.178	158.946
Valor adicionado total a distribuir	504.199	553.529
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	51.021	34.787
Benefícios	4.553	4.260
FGTS	992	1.071
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	126.651	130.558
Estaduais	79	83
Municipais	27.375	27.445
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	14.217	48.510
Outras	82.633	107.604
Remuneração de capitais próprios:		
Lucros retidos	196.678	199.211
	504.199	553.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A. por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 6 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 14 de setembro de 2021.

A Sociedade ainda possui desequilíbrios e/ou pleitos contratuais que podem alterar a data de encerramento de suas atividades, conforme detalhamento a seguir:

- (i) Desequilíbrios reconhecidos através de TAMs (Termos Aditivos Modificativos), devidamente assinados entre as partes, referente a Redução do Seguro Garantia (TAM 17/2009), adequações de cronograma de investimentos 7ª e 8ª (TAM 18/2010), 9ª (TAM 19/2010), 10ª (TAM 20/2010) e 11ª (TAM 21/2010), bem como desequilíbrios já deliberados e aprovados pelo Conselho Diretor da Artesp, referentes ao Arredondamento do Reajuste Tarifário de 2010 e investimento na Alça de acesso Av. Alberto Andaló - São José do Rio Preto, estando esses abarcados no processo nº 025.417/2017, o qual trata da formalização do TAM de reequilíbrio pela modalidade de extensão de prazo.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

- (ii) Desequilíbrios já deliberados pelo Conselho Diretor, tais como Atraso na Reclassificação Tarifária da Praça de Dobrada, Revogação de Eixos Suspensos SLT 04/2018, Diferença do Reajuste de Tarifa (IGPM x IPCA) jul/2017 a jun/2019, sendo este último a ser reequilibrado na mesma modalidade do mais recente TAM firmado entre as partes (nº 23 de 6 de fevereiro de 2019 - que concedeu extensão de prazo de 58 dias).
- (iii) Desequilíbrios referente Desapropriação, Eixos Suspensos, Depreciação e Amortização, Diferença do Reajuste de Tarifa Adicional de Pedágio (IGPM x IPCA), Postergação do Reajuste Tarifário de jul/2020, Covid-19, que encontram-se em fase de análise para elaboração e/ou validação dos montantes a serem reequilibrados.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, considerando o Decreto nº 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do Covid-19 que atinge o Estado de São Paulo, foi autorizado, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, o reajuste tarifário anual, com postergação do início de sua efetivação para outubro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2020.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica “Credor pela concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de exploração”, classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a administração revisou, em dezembro de 2014, o plano de investimento da Companhia. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante no montante de R\$280.028 (R\$373.040 em 2019). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que os compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. Caso os financiamentos não sejam obtidos, a Companhia contará, ainda, com o aporte de capital de sua controladora.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, a partir da segunda semana de março de 2020, de aproximadamente -4,1% (-2,2% acumulado desde o 1 de janeiro).

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeirase principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Declaração de conformidade--Continuação

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 19 de março de 2021.

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento--Continuação

a) *Contabilização do Contrato de Concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento--Continuação

d) *Determinação das receitas de construção*

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade - IFRS. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$3.422, (R\$1.560 em 2019), e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra (*"stage of completion"*), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- (a) *Caixa e equivalentes de caixa*: consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.
- (b) *Contas a receber de clientes e do poder concedente*: apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.
- (c) *Debêntures com partes relacionadas*: inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na Nota 5.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2.2. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Ativo intangível--Continuação

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, debêntures, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 6% ao ano, conforme critérios divulgados na Nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

d) Instrumentos de "hedge"

A Companhia designa certos instrumentos de "*hedge*" relacionados a risco com juros das debêntures como "*hedge*" de valor justo. No início da relação de "*hedge*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "*hedge*" e o item objeto de "*hedge*" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "*hedge*".

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros passivos--Continuação

d) Instrumentos de “hedge”--Continuação

Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “*hedge*” usado em uma relação de “*hedge*” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*” de valor justo.

e) Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

f) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros passivos--Continuação

f) Passivos ajustados ao seu valor presente--Continuação

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

“Hedge” de valor justo: “*hedge*” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “*hedge*” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “*hedge*” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “*hedge*” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “*hedge*”, o instrumento de “*hedge*” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “*hedge*”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “*hedge*”, oriundo do risco de “*hedge*”, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos períodos. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos--Continuação

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 14. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na Nota 2.d.

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.8. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o período.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Resultado básico e diluído por ação--Continuação

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

2.9. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

2.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas--Continuação

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	A administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia
Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material	A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras".	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia

Notas Explicativas

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	2.977	3.092
Aplicações financeiras	56.603	157.994
Total	59.580	161.086

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 96,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas**4. Contas a receber de cliente e do poder concedente**

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	33.828	31.077
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Outros valores a receber	1.003	972
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.122)	(4.878)
Total	33.665	31.127
Circulante	33.665	31.127

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide Nota 20.c).

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro de 2019	(4.878)	(5.151)
Adições a provisão no exercício	(263)	(149)
Reversões no exercício	19	422
Em 31 de dezembro de 2020	(5.122)	(4.878)

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	473	1.114
	473	1.114
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	538.025	515.097
	538.498	515.097
Passivo circulante		
Dividendos a pagar - controladora		
AB Concessões S.A.	273.021	74.606
Fornecedores - outras partes relacionadas		
AB Concessões S.A. (b)	5.451	10.650
	278.472	85.256

Notas Explicativas**5. Partes relacionadas--Continuação**

Transações que afetaram o resultado	31/12/2020	31/12/2019
Custo do Serviço Prestado		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(10.980)	(9.413)
Despesas Administrativas		
Controladora (b)	(10.904)	(9.855)
AB Concessões S.A.	(21.884)	(19.268)
Receitas financeiras		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	22.928	43.849

- (a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures de 2ª emissão, descritas na Nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debênturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de Setembro de 2021.

Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 30 de Setembro de 2021. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, no valor de R\$98.889.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 25 de março de 2020, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debentures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 15 de agosto de 2020.

- (b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.
- (c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias pagos antecipadamente.

Notas Explicativas**5. Partes relacionadas--Continuação**

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$1.920, respectivamente R\$1.916 em 31 de dezembro de 2019, os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	31/12/2020	31/12/2019
Salários	1.214	1.231
Encargos	394	372
Outros benefícios	312	313
Total	1.920	1.916

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Crédito de imposto	31/12/2020	31/12/2019
Diferença temporária:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	108.804	74.026
Obrigações Fiscais	19.009	17.440
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	8.514	23.110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.122	4.878
Arrendamento mercantil	3	23
Provisão de Manutenção	-	6.825
Base de cálculo	141.452	126.302
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	48.094	42.943
Benefício fiscal incorporado (ii)	10.150	27.550
Total dos créditos	58.244	70.493

Notas Explicativas**6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

Débito de imposto	31/12/2020	31/12/2019
Diferença temporária:		
Outros Ativos	4.997	6.404
Ajuste a valor presente líquido (iii)	1.319	3.958
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.922
Encargos financeiros antecipados (iv)	81	1.639
Base de cálculo	6.397	16.923
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	2.175	5.754
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	56.069	64.739

- (i) O montante de R\$8.514 em 31 de dezembro de 2020 (R\$23.110 em 31 de dezembro de 2019) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.
- (iii) O montante de R\$1.319 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.958 em 31 de dezembro de 2019) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.
- (iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme Nota 8.

A administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	56.537
2021	58.244	13.956
	58.244	70.493

Notas Explicativas**6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação****b) Reconciliação dos impostos**

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	298.293	302.063
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(101.420)	(102,701)
Diferenças permanentes	(195)	(152)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(101.615)	(102.853)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(92.945)	(100.920)
Diferidos	(8.670)	(1.933)
	(101.615)	(102.853)
Aliquota efetiva dos impostos	34,07%	34,05%

7. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.375	895.106	3.429	972.910
Aquisições	-	3.448	68	3.516
Baixas	-	(580)	-	(580)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	74.375	897.974	3.497	975.846
Aquisições	-	7.687	29	7.716
Baixas	-	(1.020)	-	(1.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.375	904.641	3.526	982.542

Notas Explicativas**7. Intangível--Continuação**

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(66.947)	(700.597)	(3.164)	(770.708)
Amortização	(2.892)	(73.866)	(88)	(76.846)
Baixas	-	329	-	329
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(69.839)	(774.134)	(3.252)	(847.225)
Amortização	(2.832)	(73.259)	(83)	(76.174)
Baixas	-	735	-	735
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31/12/2019	4.536	123.840	245	128.621
Saldos em 31/12/2020	1.704	57.983	191	59.878
Taxa média (a.a.)	4,35%	57,02%	20%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A administração da Companhia não identificou risco de não recuperação desses ativos em 31 de dezembro de 2020.

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2ª emissão:					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	-	47.681
2ª série (a)	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	-	79.861
5ª emissão	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Fevereiro/2021	48.861	299.064
				48.861	426.606
Custo de transação				(81)	(1.639)
Total				48.780	424.967
Circulante				48.780	424.967

Notas Explicativas

8. Debêntures--Continuação

5ª emissão

Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá amortizações parciais de acordo com o cronograma previsto no instrumento particular de escritura. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário em 28 de setembro de 2018.

Em 20 de maio de 2020, a companhia aprovou através de Assembleia Geral de debenturistas - AGD, a prorrogação da data de vencimento das debêntures para 15 de fevereiro de 2021, e consequentemente alterações na tabela de Data de Pagamento da Remuneração e na tabela de Data de Amortização das Debêntures.

2ª emissão

Em 15 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries (32.402 na primeira série e 36.705 na segunda série) com garantia real. A 2ª emissão foi registrada na CVM em 25 de fevereiro de 2013.

(a) Essa operação foi mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo (Nota 20).

Em 15 de Abril de 2020 a Companhia liquidou a 2ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Cláusulas restritivas

A debênture da 5ª emissão contém cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requer o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. A escritura completa da debenture está disponível no “website” do agente fiduciário www.pentagonotrustee.com.br e da Companhia.

Notas Explicativas**9. Fornecedores**

	31/12/2020	31/12/2019
De materiais	4.430	4.064
De serviços de engenharia	12.237	12.481
Total	16.667	16.545

10. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na Nota 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Parcela variável (a)	780	735
Total	780	735

(a) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram pagos ao Poder Concedente o montante de R\$8.257 e, respectivamente R\$8.258 em 31 de dezembro de 2019, referente à parte variável do direito de exploração.

11. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção foram provisionados a cada trecho de rodovia, com intervenções que ocorreram, em média, a cada quatro anos.

Notas Explicativas**11. Provisão para manutenção--Continuação**

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.825	19.037
Adição e ajuste a valor presente	4.726	1.237
Utilização	(11.551)	(13.449)
Saldo final	-	6.825

12. Obrigações fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	19.908	26.955
Contribuição social	7.279	9.763
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.648	2.482
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.191	1.939
Outras	269	274
Total	32.295	41.413

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$4.977.

Notas Explicativas**13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação**

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2019	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2020
Cíveis (a)	29.226	2.301	3.242	(3.386)	(5.069)	26.314
Trabalhistas (b)	37.331	18.751	13.277	-	(8.375)	60.984
Tributário (d)	1.121	56	-	(4)	(1)	1.172
Outras contingências (c)	6.348	14.426	361	(520)	(281)	20.334
Total	74.026	35.534	16.880	(3.910)	(13.726)	108.804

	31/12/2018	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2019
Cíveis (a)	21.452	12.435	3.988	(6.631)	(2.018)	29.226
Trabalhistas (b)	19.866	22.131	797	-	(5.463)	37.331
Tributário (d)	-	1.121	-	-	-	1.121
Outras contingências (c)	2.308	5.161	94	(452)	(764)	6.348
Total	43.626	40.848	4.879	(7.083)	(8.245)	74.026

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no período decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não trabalhistas ou tributários), decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$24.245 (R\$18.854 em 31 de dezembro de 2019), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$4.221 (R\$5.122 em 31 de dezembro de 2019) e outras contingências, decorrentes de processos administrativos, não trabalhista ou tributário, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$11.124 (R\$20.412 em 31 de dezembro de 2019) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, ou reflexos dos seus *stakeholders*, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 16/06, que, conforme mencionado na Nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

Notas Explicativas

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$29.342 e R\$86.323, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$32.356 e R\$86.017, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$123.823 (R\$89.845 em dezembro de 2019, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros".

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Notas Explicativas**14. Patrimônio Líquido--Continuação**Reserva de capital--Continuação

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$244,93 por ação, totalizando R\$149.408, oriundos da conta de reservas de lucros.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do exercício (base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios)	196.678	199.211
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	49.169	49.803
Dividendos propostos	49.169	49.803

Notas Explicativas**15. Receita operacional líquida**

A receita é composta conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita com arrecadação de pedágio	537.853	539.789
Receita de construção (*)	3.422	1.560
Outras receitas	15.285	15.032
Receita bruta	556.560	556.381
Deduções da receita:		
ISS	(27.372)	(27.443)
PIS	(3.598)	(3.713)
COFINS	(16.605)	(17.136)
Receita líquida	508.985	508.089

(*) As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade-IFRS.

16. Custos e despesas por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(8.394)	-
Despesas de amortização (**)	(77.089)	(77.315)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(8.302)	(8.320)
Despesas com prestadores de serviços	(38.274)	(37.285)
Despesas com funcionários	(22.005)	(21.694)
Despesas com materiais e equipamentos	(11.679)	(12.091)
Custos com construção (*)	(3.422)	(1.560)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(48.504)	(38.645)
Seguros	(1.407)	(2.780)
Outras receitas	2.554	1.012
Outras despesas	(5.235)	(5.796)
Total	(221.757)	(204.474)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(155.966)	(152.219)
Despesas gerais e administrativas	(68.345)	(53.266)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.554	1.011
Total	(221.757)	(204.474)

(*) Vide Nota 15.

(**) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16. Este último no valor de R\$915 em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**17. Receitas e despesas financeiras**

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	3.889	9.521
Juros com partes relacionadas	22.928	43.849
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos - Hedge	2.516	11.857
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	79.845	93.719
	109.178	158.946
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(15.478)	(52.479)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos - Hedge	(752)	(6.245)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(79.771)	(96.421)
Outras despesas financeiras	(2.112)	(5.352)
	(98.113)	(160.497)
Resultado financeiro	11.065	(1.551)

18. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do período	196.678	199.211
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	322,42	326,58

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

Notas Explicativas

19. Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa desembolsado durante o período:		
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	130	(2.125)
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	-	159.670

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

- (1) O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
- (2) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuaçãoa) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado--Continuação*

- (3) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na Nota 5 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
- (4) Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 10, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	48.780	48.921	345.347	350.781

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 8.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

Ativos	31/12/2020	31/12/2019
	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	59.580	161.086
	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber e partes relacionadas	34.138	32.241
Debêntures com partes relacionadas	538.025	515.097

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuaçãoa) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado--Continuação*

Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores e partes relacionadas	21.968	27.195
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série e 5ª emissão.	48.861	346.745
Credor pela concessão	780	735
Outras contas a pagar	3.234	3.206

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 8, bem como a preservação desta variação, a partir de instrumentos financeiros derivativos, denominados “offset swaps” com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração e não apenas o preço dos produtos.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuaçãob) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação*

A Companhia contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *swaps* para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

A posição desses derivativos, em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”) 31/12/2020	Valor justo (“fair value”) 31/12/2019	Efeito acumulado (valor a receber (pagar))
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	-	8.244	(8.244)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	-	42.848	(42.848)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	-	10.676	(10.676)
Total				181.750	-	61.768	61.768
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	-	10.653	10.653
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	-	55.398	55.398
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	-	13.794	13.795
Total				181.750	-	79.845	79.846
Instrumentos financeiros, líquido				-	-	-	18.078
Pagamento de instrumento financeiro				-	-	-	(18.003)
Efeito acumulado no período				-	-	-	74

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuaçãob) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação*

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Durante o período, os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª Série foi ajustado em R\$1.761 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”) 31/12/2020	Valor justo (“fair value”) 31/12/2019	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	-	10.653	(10.653)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	-	55.398	(55.398)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	-	13.794	(13.794)
Total				374.741	-	79.845	(79.845)
Contrato Ponta Passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	-	7.350	(7.350)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	-	38.216	(38.216)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	-	9.517	(9.517)
Total				374.741	-	55.083	(55.083)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos a realizar				-	-	-	-
Instrumentos financeiros, líquido				-	-	-	(24.761)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)				-	-	-	1.761
Pagamento de instrumento financeiro				-	-	-	24.764
Efeito no resultado do período - Receita financeira				-	-	-	1.764

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**Riscos de mercadoa) *Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	2,85%	3,56%	4,28%
Variação do IPCA (i)	-	4,38%	5,48%	6,57%
Empréstimos - indexador				
Debêntures - CDI	48.861	2.498	2.879	3.235
Debêntures - IPCA	-	-	-	-
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas - CDI	56.603	1.548	1.934	2.321
Debêntures ativas - CDI	538.025	24.435	28.332	32.228
Exposição líquida (perda)	(545.767)	(23.485)	(27.387)	(31.314)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	3.902	7.829

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2021

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures passivas, conforme mencionado na Nota 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na Nota 5.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**Riscos de mercado--Continuaçãoc) *Risco de crédito--Continuação*

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Ativos circulantes e não circulantes					
Contas a receber e contas a receber poder concedente	34.138	-	34.138	-	34.138
Partes relacionadas	538.025	(5.178)	-	538.025	538.325
Outras contas a receber	5.574	-	-	5.574	5.574
Total	577.737	(5.178)	34.138	543.599	577.737
Passivos					
Debentures - Principal (b)	48.775	-	48.775	-	48.775
Debentures - Juros	86	188	274	-	274
Credor pela concessão	780	-	780	-	780
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	22.968	-	3.938	18.030	21.968
Outras contas a pagar	3.234	-	-	3.234	3.234
<u>Total</u>	74.843	188	53.767	21.264	75.031

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2020 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões das escrituras de emissões de debêntures

Notas Explicativas

21. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	17.120	09/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória), Danos materiais e corporais a terceiros	49.180	09/2021
Seguro riscos responsabilidade civil	Funções de ampliação	47.670	09/2021
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	9.339	09/2021
Seguro-garantia		140.626	09/2021

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

23. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$223.852, oriundos da conta de reservas de lucros.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e Administradores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia adquiriu debêntures de emissão de sua controladora ("AB Concessões S.A." ou "Grupo"). Esses saldos estão registrados no ativo não circulante e são remunerados de acordo com os termos previstos nas escrituras das debêntures adquiridas com garantias reais atreladas à operação. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria dada a magnitude e realização dos recursos repassados à controladora por meio da aquisição das referidas debêntures, os quais foram utilizados para serem repassados a uma outra parte relacionada. A liquidação dessas debêntures depende da capacidade de pagamento da credora e garantias de realização da mesma.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de profissionais experientes no setor de concessões para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias usadas pelo Grupo, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, além de sua situação financeira, focados na capacidade da credora liquidar essas debêntures junto à Companhia.

Avaliamos ainda as divulgações da Companhia sobre os valores e condições acordadas das transações com partes relacionadas que constam na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acerca da liquidação dessas debêntures por seu acionista controlador de acordo com os termos contratuais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios utilizados para definição do valor recuperável das debêntures, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia(3).

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luís Alexandre Marini

Contador CRC-1SP182975/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020 da Triângulo do Sol AutoEstradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.